

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 3267/2018-PGJ, DE 26.9.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as Promotorias de Justiça, os Juizados Especiais e a Supervisão constantes dos quadros a seguir, em razão de ausência dos titulares, pelos seguintes motivos:

1. Férias:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	PROMOTORIA/SUPERVISÃO/JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
Jose Roberto Tavares de Souza	27.9 a 11.10.2018	1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas	Antonio Carlos Garcia de Oliveira
Moisés Casarotto	1º a 10.10.2018	Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da comarca de Três Lagoas	Luciano Anechini Lara Leite
		8ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas	
Paulo Leonardo de Faria	1º a 10.10.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Nova Andradina	Fabricio Secafen Mingati

2. Licença:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
João Meneghini Girelli	18.9 a 3.10.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Bonito	Alexandre Estuqui Junior

3. Compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
Edival Goulart Quirino	8 a 10.10.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Bataguassu	Wilson Canci Junior
Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada	8 a 10.10.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Naviraí	Daniel Pivaro Stadniky

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3268/2018-PGJ, DE 26.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 68º Promotor de Justiça de Campo Grande, Celso Antonio Botelho de Carvalho, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 6ª Vara Criminal da referida Comarca, no dia 9.10.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3269/2018-PGJ, DE 26.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 9º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Terenos, no dia 8.10.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3270/2018-PGJ, DE 26.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o 14º Promotor de Justiça de Dourados, Elcio Felix D’Angelo, para, sem prejuízo de suas funções, participar do Painel “Segurança pública nas fronteiras: aspectos criminológicos e reflexos sociopolíticos”, no dia 24.10.2018, às 19h, no auditório da Polícia Federal, em Foz do Iguaçu/PR.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3271/2018-PGJ, DE 26.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Wilson Canci Junior 2 (dois) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídos nos dias 10 e 11.12.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3272/2018-PGJ, DE 26.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Wilson Canci Junior 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2009 a 6 de janeiro de 2010, a serem usufruídos no período de 12 a 14.12.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3273/2018-PGJ, DE 26.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Convocar o 5º Promotor de Justiça de Corumbá, Luciano Bordignon Conte, para participar de reunião de trabalho para tratar da regularização do transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros de Mato Grosso do Sul, a ser realizada no dia 30.10.2018, às 8h30min, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande/MS.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3284/2018-PGJ, DE 27.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 3265/2018-PGJ, de 25.9.2018, na parte que convocou membros para participarem da “Rodada de Debates sobre os Desafios da Segurança Digital Estratégica e Cooperação no Âmbito das Investigações”:

- Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca
- Jui Bueno Nogueira
- Paulo Henrique Mendonça de Freitas

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3285/2018-PGJ, DE 27.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 3247/2018-PGJ, de 25.9.2018, que convocou servidores para participarem do curso “Rescisão de contratos e aplicação de sanções de acordo com a Lei 8.666/93”, a servidora Ana Celia Crispim de Araujo Chaves.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3288/2018-PGJ, DE 27.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o 12º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro, a se ausentar da referida Comarca para recebimento do título honorífico de cidadania do Município de Amambai, no dia 25 de setembro de 2018, em Amambai/MS.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3289/2018-PGJ, DE 27.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,
R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 32ª Zona Eleitoral, no dia 28.9.2018, em razão de licença do titular, Promotor de Justiça George Zarour Cezar.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3295/2018-PGJ, DE 28.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,
R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça João Linhares Júnior 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 12.5.2014 e 3 e 4.12.2016, a serem usufruídos nos dias 8, 9 e 10.10.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, e tornar sem efeito a Portaria nº 3063/2018-PGJ, de 10.9.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3296/2018-PGJ, DE 28.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,
R E S O L V E :

Designar o 14º Promotor de Justiça de Dourados, Elcio Felix D’Angelo, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da mencionada Comarca, no período de 8 a 10.10.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, e no período de 15 a 17.10.2018, em razão de férias do titular, Eduardo FonticIELha De Rose; e tornar sem efeito a Portaria nº 3209/2018-PGJ, de 21.9.2018, na parte que designou o Promotor de Justiça João Linhares Júnior no período de 8 a 10.10.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3297/2018-PGJ, DE 28.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,
R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, nos dias 1º e 2.10.2018, as férias remanescentes do Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, concedidas por meio da Portaria nº 3147/2018-PGJ, de 17.9.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3298/2018-PGJ, DE 28.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as Promotorias de Justiça, o Juizado Especial e a Supervisão constantes dos quadros a seguir, em razão de ausência dos titulares, pelos seguintes motivos:

1. Férias:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	TITULAR
George Zarour Cezar	4 e 5.10.2018	Promotoria de Justiça da comarca de Terenos	Eduardo de Araujo Portes Guedes
Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro	8 a 10.10.2018	6ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados	Fernando Jamusse

2. Compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	PROMOTORIA/JUIZADO ESPECIAL/SUPERVISÃO	TITULAR
Érica Rocha Espindola	8 a 10.10.2018	Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis da comarca de Campo Grande	Emy Louise Souza de Almeida Albertini
Simone Almada Goes	19.10.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Maracaju	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva
George Zarour Cezar	8 a 10.10.2018	Promotoria de Justiça da comarca de Terenos	Eduardo de Araujo Portes Guedes

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3299/2018-PGJ, DE 28.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Gerson Eduardo de Araújo 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 2013/2018, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/3367/2018).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3290/2018-PGJ, DE 28.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 3265/2018-PGJ, de 25.9.2018, de forma que, onde consta: “Convocar os membros e autorizar os servidores abaixo relacionados”, passe a constar: “Convocar os membros e servidores abaixo relacionados”.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3300/2018-PGJ, DE 28.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 178/2018, de 20.9.2018, da Prefeitura de Bonito, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas municipais no dia 1º.10.2018, em razão das comemorações do Aniversário do Município (2.10.2018);

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos nº 066.113.0011/2018, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que autorizou o fechamento do fórum da comarca de Bonito no dia 1.10.2018;

R E S O L V E:

Declarar ponto facultativo o dia 1º.10.2018, segunda-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Bonito, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 3253/2018-PGJ, DE 25.9.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Thiago Simioli Holsback, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Bonito, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 6 a 20.9.2018, em razão de licença para tratamento de saúde da servidora Alecy Dias da Silva; e tornar sem efeito a Portaria nº 3196/2018-PGJ, de 20.9.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3274/2018-PGJ, DE 27.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 3 (três) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 10 a 12.9.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3275/2018-PGJ, DE 27.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Giselle Machado Costa Fasolo, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 18 a 22.9.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3276/2018-PGJ, DE 27.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Rosangela Gomes de Oliveira Castro, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 3 (três) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 4 a 6.9.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3277/2018-PGJ, DE 27.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Suellen Ribeiro Dias, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 3 (três) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 17 a 19.9.2018, inicial, nos termos do inciso II do artigo 130, e do artigo 146, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, os artigos 25 e 26 do Decreto nº 12.823, de 24.9.2009, que dispõe sobre a perícia médica oficial do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3278/2018-PGJ, DE 27.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Janayna Grincevicus Vareiro, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, um dia de licença para casamento, no dia 31.8.2018, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3279/2018-PGJ, DE 27.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Jollivan Almeida Portela, ocupante do cargo em comissão de Assistente Militar, símbolo MPAM-203, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em razão do nascimento de sua filha, a partir de 24.9.2018, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3280/2018-PGJ, DE 27.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ellen Beatriz do Nascimento Oliveira Rotta, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 15ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 10ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 25.9.2018, em prorrogação, pelo prazo de 90 (noventa) dias.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3281/2018-PGJ, DE 27.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Rosinei Escobar Xavier, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Almoxarifado, nos dias 8, 9 e 10.10.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense do titular, *Elvys Tomas Bernal*.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3282/2018-PGJ, DE 27.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Naira Santana de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Correspondências, no dia 24.9.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da titular, Wanessa Barbosa Santana.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 24/2018/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados: **1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001119-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Superintendência do Ibama no Estado do Mato Grosso do Sul/MS - Requerido: Alair Ribeiro Fernandes - Assunto: Apurar eventual supressão de 35,81 hectares de vegetação nativa, Bioma Mata Atlântica, no imóvel denominado Fazenda Santa Rita, localizada neste Município. **2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002088-8** - 57ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde - SESA - Assunto: Apurar se há falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBSF Zé Pereira. **3) Inquérito Civil nº 06.2018.00002127-6** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Santa Virginia Agropecuária e Florestal Ltda. - Assunto: Apurar eventual dano ambiental, possível degradação da Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, bem como a regularização jurídico-ambiental da propriedade fazenda Agua Doce do Pantanal, localizada às margens do Rio Apa. **4) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000996-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Três Lagoas - Assunto: Apurar dano ambiental decorrente do estacionamento irregular de veículos nos gramados da Circular da Lagoa Maior, em que é considerado Monumento Natural de Três Lagoas/MS. **5) Inquérito Civil nº 06.2018.00002229-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a notícia da ocorrência de ilegalidades ne edital da concorrência pública nº 001/2018, da Prefeitura Municipal de Naviraí/MS. **6) Inquérito Civil nº 06.2016.00001396-8 (Sigiloso)** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande. **7) Inquérito Civil nº 06.2016.00001445-6 (Sigiloso)** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande. **8) Inquérito Civil nº 06.2018.00001273-3 (Sigiloso)** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande. **9) Inquérito Civil nº 06.2018.00000055-9** - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades/omissões da equipe médica responsável e demais profissionais que tiveram participação no atendimento do infante Davi Queiroz Lima, que veio a óbito no Hospital da Beneficência Portuguesa, aos 25 de março de 2015. (Migrado para o SAJ- Inquérito Civil nº 06-S/2015-PJDCC). **10) Inquérito Civil nº 06.2018.00001981-5** - Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Anaurilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Milton José de Oliveira - Assunto: Apurar conduta incompatível com a dignidade e o decoro da função de conselheiro tutelar por parte de Milton José de Oliveira ao difundir juízo depreciativo e ofensivo a Policial Militar no exercício da função. **11) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000703-0 (Sigiloso)** - 50ª Promotoria de Justiça Criminal da comarca de Campo Grande. **12) Inquérito Civil nº 06.2016.00000464-7** - 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no âmbito do “Projeto Vida Nova I e Associação Espaço Vida Ativa”. **13) Inquérito Civil nº 06.2018.00000695-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito - Requerentes: Luiz Eugenio de Miranda Sá e o Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bonito - Assunto: Apurar eventual prejuízo público e social nas supostas irregularidades no funcionamento e estrutura do serviço de Inspeção Municipal de Bonito (SIMB). (Inquérito Civil nº 023/2016, migrado para o SAJMP). **14) Inquérito Civil nº 06.2018.00002133-2** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Bernadino Garahi - Assunto: Apurar eventual dano ambiental, possível degradação da área de preservação permanente e reserva legal, bem como a regularização jurídico-ambiental da propriedade Rancho Alegre, localizada às margens do Rio Apa. **15) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001270-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Averiguar possível irregularidade no tocante aos pagamentos/contratos firmados entre o ente municipal e as pessoas de Lucas Domingues de Almeida EPP e Adatao José Alves Dias. **16) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001315-4 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia. **17) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001470-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito - Requerente: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bonito - Requerido: Município de Bonito - Assunto: Apurar supostos descumprimento por parte da Prefeitura de Bonito/MS do direito de petição de servidores e cidadãos. **18) Procedimento**

Preparatório nº 06.2018.00001837-1 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Inocência - Requerente: Denúncia anônima - Requerido: José Arnaldo Ferreira de Melo - Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo na nomeação de diversos servidores municipais. **19) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002321-9 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Inocência. **20) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002358-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Auto Posto de Combustível Fort Oil - Assunto: Apurar questões relativas à infraestrutura de auto posto de combustíveis em construção, nesta urbe, a fim de que sejam cumpridas as diretrizes da Resolução nº 38, CONTRAN, de 21 de maio de 1998. **21) Inquérito Civil nº 06.2018.00001817-1** - 2ª Promotoria de Justiça de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antonio Bento Calseverini - Assunto: Apurar notícia de possível degradação em área de vegetação próxima a Cachoeira Macaúba, localizada no município de Alcínópolis/MS. (IC nº 014/2014- migrado para o SAJMP). **22) Inquérito Civil nº 06.2018.00002134-3** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Luiz Humberto de Almeida - Assunto: Apurar eventual dano ambiental, possível degradação da área de preservação permanente e reserva legal, bem como a regularização jurídico-ambiental da propriedade Chácara Cinco Amigos localizada às margens do Rio Apa. **23) Inquérito Civil nº 06.2017.00002396-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Usias Ferreira Pires - Assunto: Apurar eventual degradação ambiental em Área de Preservação Permanente, no imóvel rural denominado Chácara Amantes da Natureza, Estrada do Pantanal, no município de Coxim/MS, de propriedade de Usias Ferreira Pires. **24) Inquérito Civil nº 06.2018.00001476-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Hospital Cassems Unidade de Três Lagoas - Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da prática de descarte irregular de resíduos hospitalares, bem como graves problemas estruturais. **25) Inquérito Civil nº 06.2017.00000855-8** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Jean Sérgio Clavisso Fogaça, Prefeito Municipal de Douradina - Assunto: Apurar eventuais injuridicidades das nomeações de Paulo Almeida e Deirry Jeanni Clavisso Fogaça para ocuparem, respectivamente, os cargos de Secretário de Administração e Finanças e Superintendente de Cultura consistentes em possíveis práticas de nepotismo. **26) Inquérito Civil nº 06.2018.00001035-7** - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Hospital Psiquiátrico Doutor Adolfo Bezerra de Menezes - Assunto: Apurar as irregularidades constatadas pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul, através do Relatório de Vistoria Técnica nº 27/2016, no Hospital Psiquiátrico do município de Paranaíba. **27) Inquérito Civil nº 06.2018.00000310-1 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá. **28) Inquérito Civil nº 06.2018.00001236-6 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá. **29) Inquérito Civil nº 06.2015.00000377-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerentes: Ministério Público Estadual e os moradores bairro Vista Alegre - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual desídia da municipalidade com relação aos resíduos provenientes de obras públicas não finalizadas, deixados na parte de baixo do bairro Vista Alegre, margeando a reserva florestal. **30) Inquérito Civil nº 06.2016.00000313-7** - 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades em entidades de atendimento em desfavor do Instituto Delta de Educação. **31) Inquérito Civil nº 06.2017.00002110-6 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque. **32) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002581-7** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Ótica do Servidor - Leonora Martins de Souza - ME - Assunto: Visa firmar Termo de Ajustamento de Conduta com a empresa Ótica do Servidor (Leonora Martins de Souza - ME). **33) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002158-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bodoquena - Assunto: Apurar suposta irregularidade na nomeação de enfermeiros em cargo de confiança em vagas para as quais existem aprovados em concurso válido. **34) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002582-8** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Óticas Drika - Adriana Pacheco Manoel Bitencourt - ME - Assunto: Visa firmar Termo de Ajustamento de Conduta com a empresa Óticas Drika (Adriana Pacheco Manoel Bitencourt - ME). **35) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002596-1** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Ótica Pinheiro Ltda. - Assunto: Visa firmar Termo de Ajustamento de Conduta com a empresa Ótica Pinheiro Ltda. **36) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002672-7** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Suziane Aparecida Santos da Silva - Ótica Aero Rancho - Assunto: Visa firmar Termo de Ajustamento de Conduta com a ótica Suziane Aparecida Santos da Silva (Ótica Aero Rancho). **37) Inquérito Civil nº 06.2016.00000542-4 (Sigiloso)** - 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca

de Campo Grande. **38) Inquérito Civil nº 06.2017.00001011-0** - 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade na execução do convênio firmado entre a Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul - FUNDESPORTE e a Federação de Tênis de Mesa de Mato Grosso do Sul. **39) Inquérito Civil nº 06.2016.00000892-1 (Sigiloso)** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **40) Inquérito Civil nº 06.2017.00000162-1** - 10ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerentes: Geraldo Rezende Pereira e o Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possíveis irregularidades na aplicação de verbas que teriam sido destinadas à construção de 8 (oito) unidades de saúde, no município de Dourados. **41) Inquérito Civil nº 06.2016.00000044-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Chapadão do Sul - Assunto: Apurar dano ambiental localizado na Avenida Mato Grosso do Sul cruzamento com a avenida Espírito Santo, consistente em processo erosivo provocado pelas obras públicas de drenagem urbana. **42) Inquérito Civil nº 06.2017.00000748-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Reinaldo Loureiro Marques - Assunto: Apurar depósito de madeira na fazenda Santo Rei, sem a devida autorização legal ou regulamentar. **43) Inquérito Civil nº 06.2018.00000083-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Empresa Energética Porto das Pedras S.A - Assunto: Apurar suposto dano ambiental nas margens rio Sucuriú, no município de Chapadão do Sul, descrito no Laudo de Constatação nº 3518 da PMA. **44) Inquérito Civil nº 06.2018.00002434-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Agropecuária Comin Ltda., e a fazenda Orion - Assunto: Apurar desmatamento irregular no imóvel denominado fazenda Orion, de propriedade de Agropecuária Comin Ltda., em Bela Vista/MS - Originalmente apurados nos autos do IC 43/2016. **45) Inquérito Civil nº 06.2018.00000035-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Rubens Rodrigues - Assunto: Apurar suposta exploração de floresta nativa na fazenda Gaete. **46) Inquérito Civil nº 06.2018.00001348-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Itapuã, de propriedade de Jose Rivassi da Motta - Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na fazenda Itapuã, em Bela Vista/MS, de propriedade do senhor José Rivassi da Motta, em razão da supressão vegetal de 15,11 hectares de vegetação nativa. **47) Inquérito Civil nº 06.2018.00001560-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Chácara Três Libras, de propriedade de João Aires Martins Brunel - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Chácara Três Libras de propriedade do Sr. João Aires Martins Brunel, as margens do Rio Apa. **48) Inquérito Civil nº 06.2017.00000696-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Liberacy Lino Batilani - Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa de Liberacy Lino Battilani, Coordenadora Técnica do Setor de Habitação de Bela Vista, por ter aprovado o nome dos filhos para a seleção de beneficiários de imóvel urbano em programa habitacional junto à AGEHAB, como consta no Diário Oficial do Município de 15 de março de 2017. **49) Inquérito Civil nº 06.2018.00001225-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ronison Centurião Pereira - Assunto: Apurar suposta comercialização de gêneros alimentícios de origem desconhecida, além de produtos sem registro no serviço de inspeção veterinária oficial, pelo estabelecimento comercial denominado "Mercado União". - Originalmente apurados nos autos do IC 38/2016. **50) Inquérito Civil nº 06.2018.00001611-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Fazenda Condomínio Fortaleza, de propriedade de Leo Tales Fretes Ocampos e outros - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel denominado fazenda Condomínio Fortaleza de propriedade de Leo Tales Fretes Ocampos e outros, as margens do Rio Apa. **51) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000997-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Três Lagoas - Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da ausência do Certificado de bombeiros no Ginásio de Esportes Cacilda Acre. **52) Inquérito Civil nº 9/2015** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Câmara Municipal de Nova Alvorada do Sul e o Prefeito Municipal de Nova Alvorada do Sul, Juvenal Assunção Neto - Prefeito - Assunto: Apurar eventual ilegalidade no aumento do valor supostamente exorbitante das diárias pagas aos vereadores Municipais, bem como pagamento de diárias fraudulentas em razão de simulação de viagens pelos vereadores e ainda apurar o repasse irregular de verbas pelo Prefeito aos vereadores aliados em troca de apoio político como espécie de mensalão. **53) Inquérito Civil nº 32/2012** - 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Hospital do Câncer de Dourados - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na utilização de doações de recursos do Hospital do Câncer de Dourados/MS. **54) Inquérito Civil nº 24/2009** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda

Estrela do Sul - Assunto: Apurar os impactos negativos causados, direta ou indiretamente, ao rio e aos espaços territoriais especialmente protegidos, situados às margens da referida propriedade rural. **55) Inquérito Civil nº 27/2011** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Valdir José Zorzo, proprietário da chácara Alegriño - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente, bem como a conservação do solo do imóvel “Chácara Alegriño”. **56) Inquérito Civil nº 17/2009** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Augusto Lopes Garcia, fazenda Santo Antônio - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente, bem como a conservação do solo no imóvel rural fazenda Santo Antônio. **57) Inquérito Civil nº 7/2012** - Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Nova Alvorada do Sul - Assunto: Fiscalização dos procedimentos a serem adotados pelo município de Nova Alvorada do Sul para regularização das condições de funcionamento do Conselho Tutelar. **58) Inquérito Civil nº 5/2013** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Nova Alvorada do Sul - Assunto: Apurar a realização de contratação de servidores públicos sem prévio concurso público na esfera pública municipal, fato que constitui ato de improbidade administrativa. **59) Inquérito Civil nº 8/2011** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Sindicato Municipal de Trabalhadores da Educação - Assunto: Apurar possível prática de poluição sonora decorrente da utilização do imóvel para promoção de festas e eventos. **60) Inquérito Civil nº 9/2013** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apuração de casos de nepotismo no âmbito da Câmara Municipal de Nova Alvorada do Sul, fato que, em tese, configura ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de eventuais práticas criminosas. **61) Inquérito Civil nº 9/2008** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Abastecedora Nova Alvorada Ltda. (posto Jumbo), Ismael Batista e Cia Ltda. (posto Gauchão), J. D. da Silva e Cia Ltda. (auto Posto Caminhoneiro) - Assunto: Fiscalizar o cumprimento do termo de ajustamento de conduta assinado entre os requeridos e esta Promotoria de Justiça. **62) Inquérito Civil nº 23/2013** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José Aparecido de Oliveira - Assunto: Apurar danos ambientais decorrente da degradação em área de preservação permanente do córrego Formozinho, na fazenda Lomba - Parte II, em Bonito/MS. **63) Inquérito Civil nº 25/2014** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bonito - Assunto: Apurar eventual falta de autorização de funcionamento dos centros de Educação Infantil e Escolas Municipais, tendo em vista a ausência de condições mínimas de acessibilidade arquitetônica do prédio escolar. **64) Inquérito Civil nº 35/2008** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Associação das Famílias para a Unificação da Paz Mundial - Assunto: Apurar eventual erosão rural, inexistência/irregularidades de licença, ausência de memorial descritivo de reserva legal, degradação de área em APP, edificações em APP.

Campo Grande, 27 de setembro de 2018.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça e

Secretária da Conselho Superior do Ministério Público

ESCOLA SUPERIOR**EDITAL Nº 1/2018 - ESMP-MS***Workshop* “A atuação do Ministério Público no Tribunal do Júri”

1 – METODOLOGIA: o *Workshop* será ministrado por meio de aulas teórico-expositivas, com discussões coordenadas pelo painelistas. Análises jurisprudenciais e de casos concretos, além de estudo das atualizações legislativas. Será utilizado o material disponibilizado ao aluno e os equipamentos tecnológicos de apoio do MPMS como meio para o processo de aprendizagem. Espaço aberto para esclarecimento de dúvidas práticas do público alvo para com os palestrantes e painelistas.

2 – PÚBLICO-ALVO: Procuradores e Promotores de Justiça, bem como Assessores Jurídicos e de Procurador do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

3 – REQUISITOS:

3.1 Atuação na área criminal.

3.2 Assessores: validar a inscrição com a realização da 1ª atividade no ambiente virtual, que consiste em anexar a autorização expressa da chefia imediata em arquivo pdf.

4 – OBJETIVO: A Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com a colaboração do Centro de Apoio Operacional das PJs Criminais, visa o aprimoramento e capacitação dos membros e servidores da Instituição na atuação em processos e investigações relativos aos crimes dolosos contra a vida frente a aspectos controvertidos no Plenário do Júri, as novas formas de macrocriminalidade relacionadas a esses crimes e as perspectivas futuras do Ministério Público no Tribunal do Júri.

5 – CRONOGRAMA:

18/10/18 – Quinta-Feira

19h - Credenciamento

19h30min - Abertura Solene: Paulo Cezar dos Passos, Procurador-Geral de Justiça; Nilza Gomes da Silva, Procuradora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais; e Jaceguara Dantas da Silva, Procuradora de Justiça e Diretora-Geral da Escola Superior (MPMS)

20h - Palestra “Os desafios do MP no Tribunal do Júri” - Paulo Cezar dos Passos, Procurador-Geral de Justiça

21h - Palestra “Questões processuais controvertidas na perspectiva do garantismo penal integral” - Antonio Sergio Cordeiro Piedade, Promotor de Justiça (MPMT)

19/10/18 – Sexta-Feira

8h30min - Palestra “Neurolinguística Forense” - Fernando Cesar Bolque, Promotor de Justiça (MPSP)

10h - Painele “Feminicídio”- Luciana do Amaral Rabelo, Ludmila de Paula Castro Silva e Bianka Machado Arruda Mendes, Promotoras de Justiça (MPMS)

11h30min - Intervalo para almoço

13h30min - Palestra “Crime organizado no Tribunal do Júri” - Simone Sibilio do Nascimento, Promotora de Justiça (MPRJ)

15h - Palestra “Os crimes multitudinários no Tribunal do Júri” - Márcio Augusto Friggi de Carvalho, Promotor de Justiça (MPSP)

16h30min - Painele “Questões Práticas”- Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos, Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro e Moisés Casarotto, Promotores de Justiça (MPMS)

18h - Encerramento

6 – VAGAS:

50 vagas para membros do MPMS.

30 vagas para assessores do MPMS.

7 – CARGA HORÁRIA: 11 horas.

8 – PERÍODO DO CURSO: 18 e 19 de outubro de 2018.

9 – LOCAL DO EVENTO: Auditório Dr. Nereu Aristides Marques, sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio.

10 – PERÍODO DE INSCRIÇÕES: de 1º a 8 de outubro de 2018; inscrições efetuadas fora do período definido não serão validadas.

10.1. Acessar a página do curso por meio do endereço: <https://ead.mpms.mp.br/course/view.php?id=6>;

10.2. Na tela de *login*, usar o mesmo *login* e senha de rede do MPMS;

10.3. Em seguida, clicar no botão “*Inscrição*”;

10.3.1. Caso apareça a tela de perfil antes do curso, algumas informações complementares devem ser atualizadas;

10.3.2. Após a atualização dos dados, clicar na opção “*Página inicial*”, no menu lateral esquerdo, e clicar no curso “*Workshop – A atuação do Ministério Público no Tribunal do Júri*” para se inscrever.

11 – AVALIAÇÃO: Ao final do evento, o participante apontará o seu grau de satisfação com relação ao tema, carga horária, informações novas oferecidas, uso do ambiente virtual, atividades, aplicabilidade dos conhecimentos, entre outros (etapa indispensável para emissão do certificado digital).

12 – CERTIFICAÇÃO: a certificação ocorrerá mediante avaliação do evento no portal EaD da ESMP-MS, no mesmo endereço eletrônico em que foi realizada a inscrição, conforme mencionado no item 9.1.

13 – DO CANCELAMENTO DA PARTICIPAÇÃO:

13.1. Caso haja necessidade de cancelamento da inscrição, o pedido e a justificativa deverão ser enviados ao *e-mail* da Escola Superior, no endereço escoladomp@mpms.mp.br. As justificativas serão analisadas pela Diretoria.

14 – COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E METODOLÓGICA: Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, ESMP-MS.

15 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

15.1. As vagas serão preenchidas por ordem de inscrição.

15.2. Após o encerramento do período de inscrições, será encaminhada relação nominal ao Procurador-Geral de Justiça a fim de subsidiar as providências administrativas necessárias para a realização do evento, em especial no que se refere a autorização e/ou convocação dos inscritos, para participarem do evento.

15.3. Esclarecimentos sobre o acesso as inscrições, bem como dúvidas poderão ser sanadas junto à Equipe de Educação a Distância: escoladomp@mpms.mp.br, e/ou pelo telefone (67) 3318-2112, no horário de funcionamento do MPMS.

Campo Grande/MS, 28 de setembro de 2018.

JACEGUARA DANTAS DA SILVA

Procuradora de Justiça

Diretora-Geral da ESMP-MS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº 2018NE000129, DE 26.09.2018.**

Processo PGJ/10/3372/2018.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: Cancelamento de Saldo de Empenho 2018NE000117 de 13.09.2018 publicado no DOMP-MS nº 1.820 de 18 de setembro de 2018 (página 9), tendo em vista valor do item estar incorreto – superior ao registrado em Ata, conforme memorando nº 1231/2018-SEACO/SEAD-PGJ de 19.09.2018 (Fl. 28) e deliberação da Secretária-Geral nº 874 (FL. 30).

Valor: R\$ 39.980,00

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000130 DE 26.09.2018 DO PROCESSO PGJ/10/3372/2018.

Credor: TERABRAS COMERCIAL EIRELI – EPP.

Ordenador de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 24/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 6/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de hard disk (Disco Rígido), Interno, interface SATA 3, 7200 RPM, taxa de transferência de no mínimo 6Gb/S, cache 256 MB ou superior. Capacidade de armazenamento 8 TB (oito terabytes). Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca/modelo: SEAGATE – SKYHAWK ST8000VX0022 (item 8).

Valor: R\$ 39.800,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000130 de 26.09.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 101/PGJ/2017

Processo nº PGJ/10/2204/2017

Partes:

1 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, Helton Fonseca Bernardes.

2 – A2GB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP, representada neste ato por Graziela Bartiê Sosa Alves.

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 26/PGJ/2017.

Amparo Legal: Artigo 57, inciso II; e do artigo 65, §8º, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, referente à prestação de serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva do sistema de climatização central instalado nas dependências da Procuradoria-Geral de Justiça, incluindo o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços; bem como o reajuste do valor unitário do serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva mensal em R\$537,06 (quinhentos e trinta e sete reais e seis centavos); de manutenção preventiva, preditiva e corretiva trimestral em R\$123,94 (cento e vinte e três reais e noventa e quatro centavos); de manutenção preventiva, preditiva e corretiva semestral em R\$413,12 (quatrocentos e treze reais e doze centavos); e o de manutenção preventiva, preditiva e corretiva anual em R\$1.156,74 (um mil, cento e cinquenta e seis reais e setenta e quatro centavos), em razão da aplicação da variação do IGPM (Índice Geral dos Preços Médios, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), consoante teor da Cláusula Oitava, de modo que o valor unitário do serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva mensal passará a ser o de R\$7.037,06 (sete mil, trinta e sete reais e seis centavos); de serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva trimestral passará a ser o de R\$1.623,94 (um mil, seiscentos e vinte e três reais e noventa e quatro centavos); de serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva semestral passará a ser o de R\$5.413,12 (cinco mil, quatrocentos e treze reais e doze centavos); e o de manutenção preventiva, preditiva e corretiva anual passará a ser o de R\$15.156,74 (quinze mil, cento e cinquenta e seis reais e setenta e quatro centavos), perfazendo o valor contratual anual total de R\$116.923,46 (cento e dezesseis mil, novecentos e vinte e três reais e quarenta e seis centavos), com efeitos a partir de 16.10.2018.

Valor mensal total do Contrato: R\$9.743,62.

Vigência/produção de efeitos: 16.10.2018 a 16.10.2019.

Data de assinatura: 24 de setembro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/2712/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2- NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME, representada por Nixon Vieira Franco.

Procedimento Licitatório: vinculado ao Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 e à Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018. Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de 1 (uma) unidade de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A, garantia mínima: 12 meses, marca/modelo: ELGIN HVFI09B2IA HVFE09B2IA; 2 (dois) metros de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 9.000 BTU's; e 1 (um) serviço de instalação de condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 BTU's, 220 V para atender o prédio das Promotorias de Justiça da Comarca de Naviraí/MS.

Valor contratual total: R\$1.785,00 (um mil, setecentos e oitenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000070 e nº 2018NE000071, ambas de 26.07.2018.

Vigência: 13.09.2018 a 13.09.2019.

Data de assinatura: 13 de setembro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/2707/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2- NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME, representada por Nixon Vieira Franco.

Procedimento Licitatório: vinculado ao Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 e à Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018. Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de 1 (uma) unidade de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 24.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses Marca/modelo: ELGIN HVFI24B2IA HVFE24B2IA; 3 (três) metros de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 24.000 BTU's; e 1 (um) serviço de instalação de condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 BTU's, 220 V para atender o prédio da Procuradoria-Geral de Justiça.

Valor contratual total: R\$3.610,00 (três mil, seiscentos e dez reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000068 e nº 2018NE000069, ambas de 26.07.2018.

Vigência: 13.09.2018 a 13.09.2019.

Data de assinatura: 13 de setembro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 64/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/3186/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2- NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME, representada por Nixon Vieira Franco.

Procedimento Licitatório: vinculado ao Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 e à Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018. Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de 1 (uma) unidade de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A, garantia mínima: 12 meses, marca/modelo: ELGIN HVFI09B2IA HVFE09B2IA; 2 (dois) metros de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 9.000 BTU's; e 1 (um) serviço de instalação de condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 BTU's, 220 V para atender o prédio das Promotorias de Justiça da Comarca de Camapuã/MS. Valor contratual total: R\$1.785,00 (um mil, setecentos e oitenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000070 e nº 2018NE000071, ambas de 26.07.2018.

Vigência: 14.09.2018 a 14.09.2019.

Data de assinatura: 14 de setembro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/3185/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2- NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME, representada por Nixon Vieira Franco.

Procedimento Licitatório: vinculado ao Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 e à Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018. Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de 1 (uma) unidade de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 12.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses, Marca/modelo: ELGIN HVFI12B2IA HVFE12B2IA; 2 (dois) metros de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 12.000 BTU's; e 1 (um) serviço de instalação de condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 BTU's, 220 V para atender o prédio das Promotorias de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS.

Valor contratual total: R\$2.050,00 (dois mil e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000099 e nº 2018NE000100, ambas de 30.08.2018.

Vigência: 14.09.2018 a 14.09.2019.

Data de assinatura: 14 de setembro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/3209/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2- NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME, representada por Nixon Vieira Franco.

Procedimento Licitatório: vinculado ao Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 e à Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018. Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de 1 (uma) unidade de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI09B2IA HVFE09B2IA; e 1 (um) serviço de instalação de condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 BTU's, 220 V para atender o prédio do Departamento de Material e Patrimônio/PGJ.

Valor contratual total: R\$1.665,00 (um mil, seiscentos e sessenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000108 e nº 2018NE000109, ambas de 31.08.2018.

Vigência: 14.09.2018 a 14.09.2019.

Data de assinatura: 14 de setembro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 71/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/3196/2018

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2- NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME, representada por Nixon Vieira Franco.

Procedimento Licitatório: vinculado ao Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 e à Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018. Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de (uma) unidades de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico; Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses; Marca/modelo: ELGIN HVFI09B2IA HVFE09B2IA; 14 (quatorze) metros de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 9.000 BTU's; 1 (um) serviço de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS, para atender o prédio da 72ª Promotoria de Justiça da Capital – Casa da Mulher Brasileira.

Valor contratual total: R\$2.365,00 (dois mil, trezentos e sessenta e cinco reais), nos termos das Nota de Empenho nº 2018NE000103 e 2018NE000104, ambas de 30.08.2018.

Vigência: 17.09.2018 a 17.09.2019.

Data de assinatura: 17 de setembro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 70/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/2936/2018

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2- NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME, representada por Nixon Vieira Franco.

Procedimento Licitatório: vinculado ao Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 e à Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018.

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de 2 (duas) unidades de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico; Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses; Marca/modelo: ELGIN HVFI09B2IA HVFE09B2IA; 23 (vinte e três) metros de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 9.000 BTU's; 2 (dois) serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS; 8 (oito) unidades de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 12.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A; Garantia mínima: 12 meses; Marca/modelo: ELGIN HVFI12B2IA HVFE12B2IA; 84 (oitenta e quatro) metros de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 12.000 BTU's; 8 (oito) serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS; 14 (quatorze) unidades de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 18.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A; Garantia mínima: 12 meses; Marca/modelo: ELGIN HVFI18B2IA HVFE18B2IA; 219 (duzentos e dezenove) metros de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 18.000 BTU's; 14 (quatorze) serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 18.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS; 1 (uma) unidade de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 24.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses; Marca/modelo: ELGIN HVFI24B2IA HVFE24B2IA; 30 (trinta) metros de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 24.000 BTU's; 1 (um) serviço de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS; 1 (uma) unidade de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 30.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A, B ou C. Garantia mínima: 12 meses; Marca/modelo: ELGIN ECOLOGIC HLF130B2FA/HLFE30B2NA; 28 (vinte e oito) metros de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 30.000 BTU's; 1 (um) serviço de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 30.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.

Valor contratual total: R\$86.365,00 (oitenta e seis mil, trezentos e sessenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000088 e 2018NE000089, ambas de 15.08.2018.

Vigência: 14.09.2018 a 14.09.2019.

Data de assinatura: 14 de setembro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 72/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/2734/2018

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2- NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME, representada por Nixon Vieira Franco.

Procedimento Licitatório: vinculado ao Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 e à Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018. Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de (uma) unidades de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico; Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses; Marca/modelo: ELGIN HVFI09B2IA HVFE09B2IA; 14 (quatorze) metros de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 9.000 BTU's; 1 (um) serviço de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS, para atender o prédio do Departamento de Material e Patrimônio/PGJ.

Valor contratual total: R\$2.365,00 (dois mil, trezentos e sessenta e cinco reais), nos termos das Nota de Empenho nº 2018NE000075 e 2018NE000081, ambas de 31.07.2018.

Vigência: 17.09.2018 a 17.09.2019.

Data de assinatura: 17 de setembro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 73/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/2761/2018

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2- NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME, representada por Nixon Vieira Franco.

Procedimento Licitatório: vinculado ao Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 e à Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018. Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de (uma) unidades de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico; Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses; Marca/modelo: ELGIN HVFI09B2IA HVFE09B2IA; 11 (onze) metros de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 9.000 BTU's; 1 (um) serviço de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS, para atender a Sala do CPD do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação (CI/MPMS) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$2.215,00 (dois mil, duzentos e quinze reais), nos termos das Nota de Empenho nº 2018NE000084 e 2018NE000085, ambas de 02.08.2018.

Vigência: 17.09.2018 a 17.09.2019.

Data de assinatura: 17 de setembro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 74/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/2727/2018

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2- NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME, representada por Nixon Vieira Franco.

Procedimento Licitatório: vinculado ao Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 e à Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018. Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de 1 (uma) unidade de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 18.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico; Classificação Energética Inmetro: A; Garantia mínima: 12 meses; Marca/modelo: ELGIN HVFI18B2IA HVFE18B2IA; 7 (sete) metros de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 18.000 BTU's; 1 (um) serviço de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 18.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS, para atender a Procuradoria-Geral de Justiça.

Valor contratual total: R\$3.055,00 (três mil e cinquenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000072 e 2018NE000073, ambas de 27.07.2018.

Vigência: 17.09.2018 a 17.09.2019.

Data de assinatura: 17 de setembro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 75/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/2736/2018

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2- NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME, representada por Nixon Vieira Franco.

Procedimento Licitatório: vinculado ao Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 e à Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018. Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de 1 (uma) unidade de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 18.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico; Classificação Energética Inmetro: A; Garantia mínima: 12 meses; Marca/modelo: ELGIN HVFI18B2IA HVFE18B2IA; 1 (um) serviço de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 18.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS, para atender a Procuradoria-Geral de Justiça.

Valor contratual total: R\$2.635,00 (dois mil, seiscentos e trinta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000077 e 2018NE000082, ambas de 31.07.2018.

Vigência: 18.09.2018 a 18.09.2019.

Data de assinatura: 18 de setembro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 76/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/3191/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2- NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME, representada por Nixon Vieira Franco.

Procedimento Licitatório: vinculado ao Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 e à Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018. Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de 1 (uma) unidade de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 12.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses, Marca/modelo: ELGIN HVFI12B2IA HVFE12B2IA; e 1 (um) serviço de instalação de condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 BTU's, 220 V para atender o prédio das Promotorias de Justiça da Comarca de Ivinhema/MS.

Valor contratual total: R\$1.930,00 (um mil, novecentos e trinta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000101 e nº 2018NE000102, ambas de 30.08.2018.

Vigência: 18.09.2018 a 18.09.2019.

Data de assinatura: 18 de setembro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 77/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/2711/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2- NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME, representada por Nixon Vieira Franco.

Procedimento Licitatório: vinculado ao Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 e à Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018. Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de 2 (duas) unidades de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 12.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses, Marca/modelo: ELGIN HVFI12B2IA HVFE12B2IA; 2 (dois) metros de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 12.000 BTU's; e 2 (dois) serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS para atender o prédio das Promotorias de Justiça da Capital – Unidade Chácara Cachoeira.

Valor contratual total: R\$3.940,00 (três mil, novecentos e quarenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000066 e nº 2018NE000067, ambas de 26.07.2018.

Vigência: 18.09.2018 a 18.09.2019.

Data de assinatura: 18 de setembro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 78/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/2969/2018

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2- NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME, representada por Nixon Vieira Franco.

Procedimento Licitatório: vinculado ao Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 e à Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018. Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de 1 (uma) unidade de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico; Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses; Marca/modelo: ELGIN HVFI09B2IA HVFE09B2IA; 2 (dois) metros de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 9.000 BTU's; 1 (um) serviço de instalação de condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado; 2 (duas) unidades de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 12.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A; Garantia mínima: 12 meses; Marca/modelo: ELGIN HVFI12B2IA HVFE12B2IA; 4(quatro) metros de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 12.000 BTU's; 1 (um) serviço de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado para atender o prédio das Promotorias de Justiça da Comarca de Nioaque/MS.

Valor contratual total: R\$3.955,00 (três mil, novecentos e cinquenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000090 e 2018NE000091, ambas de 15.08.2018.

Vigência: 18.09.2018 a 18.09.2019.

Data de assinatura: 18 de setembro de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 26/2018**

A 26ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2018.00003657-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande – MS.

Objeto: Fiscalizar o cumprimento da obrigação determinada em sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública n. 0907988-78.2016.8.12.0001.

Campo Grande, 28 de setembro de 2018.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0074/2018/31PJ/CGR

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Rua São Vicente de Paula, nº 180 - Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002300-4.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Consórcio Guaicurus, AGETTRAN e AGEREG.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nos autos de infrações e notificações emitidos contra o Consórcio Guaicurus, nos anos de 2017 e 2018, inclusive omissão na fiscalização por parte da AGETTRAN e AGEREG.

Campo Grande/MS, 28 de setembro de 2018.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

COXIM

REPUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 0042/2018/01PJ/CXM POR INCORREÇÃO

Edital nº 0042/2018/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001200-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: R.G.D.S.

Assunto: “Apurar eventuais irregularidades na autopromoção na carreira de servidor público da Câmara Municipal de Coxim, eventuais atos de improbidade administrativas daí decorrentes.”

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 044/2014 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Coxim/MS, 21 de maio de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

REPUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 0004/2018/01PJ/CXM POR INCORREÇÃO

Edital nº 0004/2018/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000593-2.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Coxim.

Assunto: “Apurar irregularidades na estrutura e funcionamento da ‘Unidade de Saúde da Família São Ramão’, mencionada no Relatório de Apuração de Denúncia nº 1.183/2010, oriundo da Secretaria de Estado de Saúde, e eventuais atos de improbidade administrativa daí decorrentes.”

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 036/2013 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Coxim/MS, 06 de março de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0121/2018/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001672-9, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001672-9.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Aluizio Cometki São José.

Assunto: Apurar omissão do prefeito municipal de Coxim em atender à requisição de informações requestadas pelo Ministério Público de Contas de MS..

Coxim/MS, 27 de setembro de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0135/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003117-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00003117-4.

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Terezinha Rodrigues Xavier e Jose Xavier.

Assunto: Acompanhar Termo de Acordo firmado com a Srª Terezinha Rodrigues Xavier e José Xavier, proprietários da "Chácara Sapezal".

Ponta Porã/MS, 27 de setembro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0136/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002344-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002344-1.

Requerente(s): Ministério Público Estadual e Lucia de Moura Santos.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar notícia de suposta violação aos termos da Resolução/SEC nº 3.396 de 08 de janeiro de 2018 por parte da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul em razão de não assegurar a lotação de direção adjunta de escola estadual à servidora investigada nesta função e aprovada em Processo Seletivo para professores do Programa de Educação do Tempo Integral.

Ponta Porã/MS, 28 de setembro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL Nº 0031/2018/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002847-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo.

Assunto: apurar irregularidades atinentes as normas de acessibilidade de pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida na estrutura do prédio onde se encontra instalado atualmente o Centro de Educação Infantil Pingo de Gente.

Ribas do Rio Pardo, 27 de setembro de 2018.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

RIO BRILHANTE

EDITAL N. 025/2018.

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Brilhante – MS, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório abaixo especificado em Inquérito Civil. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002667-1.

Requerentes: Ministério Público Estadual.

Requerido: Antônio José Ribeiro Neto e Gilberto Dos Santos Rocha.

Assunto: apurar eventual prática de conduta lesiva ao meio ambiente e infração às normas legais que disciplinam o Parcelamento do Solo em área rural, no empreendimento denominado “Condomínio Pesca e Lazer Águas do Rio Brilhante/MS”, localizado na zona rural do Município de Rio Brilhante/MS, consistente na construção de loteamento de imóvel rural e intervenção em área de preservação permanente sem o respectivo processo de licenciamento.

Rio Brilhante – MS, 21 de setembro de 2018.

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI

Promotora de Justiça